



Carta aberta a Suas Excelências,

Ex.mo Senhor Presidente da República Portuguesa
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República Portuguesa
Ex.mo Senhor Primeiro-Ministro de Portugal
Ex.mo Senhor Ministro da Educação
Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação
Ex.ma Senhora Presidente da CONFAP
Ex.ma Senhora Presidente da FAP – Braga
Ex.ma Senhora Presidente da Associação Nacional de Professores

Os membros do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, Braga, tornam públicas algumas preocupações com o atual momento da educação em Portugal e reivindicam um efetivo compromisso de todos os decisores políticos na defesa da escola pública portuguesa.

Por este meio, os membros deste órgão de direção estratégica do agrupamento, representantes eleitos, designados e cooptados de toda a comunidade educativa, associam-se a todo o movimento de contestação, sem qualquer intenção ideológica ou partidária, e esperam que seja aproveitada a oportunidade para inverter o histórico de desvalorização das carreiras profissionais de educação ao serviço da escola pública portuguesa levado a cabo por sucessivos governos.

O direito à greve neste contexto específico é legítimo, legal e constitucionalmente salvaguardado. Os prejuízos decorrentes do exercício deste direito não podem responsabilizar as mesmas classes profissionais pelo estado da educação. Ao lutarem pela dignificação das suas carreiras e da escola pública, os profissionais dão um exemplo positivo de cidadania aos alunos e a toda a comunidade educativa. No atual contexto, é preocupante a ausência de convergência entre as reivindicações dos profissionais da educação e os decisores que tutelam o ministério da educação.

O atual contexto de tensão prejudica gravemente o ambiente educativo imprescindível para proporcionar às crianças e jovens as aprendizagens significativas que merecem, de modo a ultrapassarem, de uma vez por todas, as dificuldades e barreiras consequentes da pandemia que superamos.

Há décadas que as políticas educativas vêm a deteriorar a perceção dos portugueses em relação à qualidade e missão da escola pública sendo evidente um acentuado desinvestimento nas carreiras

profissionais ligadas à educação em Portugal. Em consequência destas opções todos os conselheiros se manifestam preocupados com o desprestígio da carreira docente com reflexos numa efetiva recusa dos jovens em optar por esta profissão.

É evidente o cansaço, desmotivação e envelhecimento da generalidade dos profissionais em funções na escola pública. Acresce, a este nível, a convicção de todos os conselheiros que não estão reunidas condições que permitam perspetivar cenários de esperança e melhoria. De facto, a médio prazo os quadros profissionais nas escolas do agrupamento terão que ser radicalmente renovados estando em risco a falta de transmissão de conhecimentos, de experiência profissional entre gerações e a própria identidade e cultura escolar.

Os elementos do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Carlos Amarante recomendam a todos os decisores políticos que assegurem que a renovação dos quadros de trabalhadores na educação se faça única e exclusivamente pela via da dignificação e atratividade das carreiras e sejam recusadas quaisquer medidas que impliquem a desvalorização dos critérios de ingresso nas mesmas como solução para o suprimento das necessidades de recursos humanos que se vislumbram.

A situação atual é extremamente penalizadora para os alunos e suas famílias porque coloca em causa todo o processo educativo de consolidação dos saberes e capacidades indispensáveis ao desenvolvimento do perfil dos alunos à saída a escolaridade obrigatória e ainda porque restringe missão da escola como garante da igualdade no acesso à educação de todos e para todos. O atual contexto de instabilidade agrava as condições de aprendizagem e prejudica os princípios e metas assumidos no Projeto Educativo do Agrupamento.

Conforme consta em ata própria, a presente comunicação foi aprovada, por unanimidade, na reunião ordinária do Conselho Geral de 27 de abril de 2023.

O Presidente do Conselho Geral

João da Costa Nogueira